

## Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

### Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

#### Aplicação dos Recursos Mínimos (15%) em Ações e Serviços Públicos em Saúde - ASPS

##### Como Cumprir o Compromisso e em Qual o Prazo?

O prazo para aplicação em ações e serviços de saúde nos municípios é anual, ou seja, até o dia 31 de dezembro do referido ano (2016), o Gestor da Saúde é obrigado a aplicar no mínimo 15% (quinze por cento) das receitas que compõem a base de cálculo.

Ressalta-se que os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições Estaduais e/ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos para aplicação em ações e serviços públicos de saúde forem superiores aos fixados na Lei Complementar nº 141/2012.

**Destacando que somente serão apurados para fins de aplicação em ASPS os recursos que forem movimentados através do Fundo Municipal de Saúde,** os quais serão utilizados para preenchimento e alimentação regular dos dados no sistema SIOPS, onde serão utilizados pelos Órgãos Fiscalizadores e Governamentais para monitoramento e acompanhamento do mínimo previsto na Lei Complementar nº 141/12.

##### Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei Complementar no 141. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei no 4.320. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria Interministerial no 163. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria\\_Interm\\_163\\_2001\\_Atualizada\\_2011\\_23DEZ2011.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO FEDERAL. **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 6a. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Federal, 2014. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU\\_MDF\\_6\\_edicao\\_versao\\_24\\_04\\_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8). Acesso em: 15 jun. 2016.